

DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM: ASPECTOS SOCIAIS E EMOCIONAIS QUE INTERFEREM NA ESCRITA

Learning difficulties: social and emotional aspects that interfere in writing

Aline Quintela Marques¹

¹Mestranda do Curso Mestrado em Educação - Instituto Superior de Educação do Cecap - Faculdade Iscecap.

Revista Educação em Contexto

Secretaria de Estado da Educação

de Goiás - SEDUC-GO

ISSN 2764-8982

Periodicidade: Semestral.

v. 2 n. 1, 2023.

educacaoemcontexto@seduc.go.gov.br

Recebido em: 22/03/23

Aprovado em: 25/05/23

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.8014371>

Resumo

O trabalho de aprendizagem da língua escrita, dentro da sua complexidade, contribui sobremaneira para a formação de crianças leitoras e produtoras de textos, sendo o professor um elemento essencial à sua execução, pelo seu compromisso, pelo trabalho interdisciplinar que direciona o aprender para diferentes níveis e dimensões, pela oportunidade da pesquisa que o capacita a traçar novas ações pedagógicas na busca de seus objetivos educacionais, no entanto, não podemos nos esquecer que o aluno é, e sempre será, o elemento central de todo esse processo, fazendo do ensino e da aprendizagem, uma via de mão dupla. Inserir-se nas práticas sociais próprias da cultura escrita implica comportamentos, procedimentos e destrezas típicos de quem vive no mundo da leitura, como movimentar-se numa biblioteca, frequentar livrarias, estar atento aos escritos urbanos, e aos materiais escritos que circulam na escola e no bairro. Essas atitudes e comportamentos não se restringem a um momento específico, nem podem ser considerados capacidades relativas a uma idade ou ciclo. Constituem componentes de todo o processo de escolarização e são frutos de um trabalho contínuo, onde a interrupção desse processo acarretaria um retrocesso na prática da leitura e, mais ainda, em um prejuízo ao processo de ensino e aprendizagem.

Palavras - chave: Conhecimento. Leitura. Processo Ensino-Aprendizagem.

Abstract

The work of learning the written language, within its complexity, contributes greatly to the formation of children who are readers and producers of texts, with the teacher being an essential element in its execution, due to his commitment, to the interdisciplinary work that directs learning to different levels. and dimensions, for the opportunity of the research that enables him to outline new pedagogical actions in the pursuit of his educational objectives, however, we cannot forget that the student is, and always will be, the central element of this whole process, making teaching and of learning, a two-way street. Inserting oneself in the social practices typical of written culture implies behaviors, procedures and skills typical of those who live in the world of reading, such as moving around in a library, frequenting bookstores, being attentive to urban writings, and to the written materials that circulate at school and on the neighborhood. These attitudes and behaviors are not restricted to a specific moment, nor can they be considered abilities related to an age or cycle. They constitute components of the entire schooling process and are the result of continuous work, where the interruption of this process would lead to a setback in the practice of reading and, even more, to damage to the teaching and learning process.

Keywords: Knowledge. Reading. Teaching-Learning Process.

INTRODUÇÃO

Sabe-se que o processo de ensino-aprendizagem é uma roda viva de informações e experiências que vão se relacionando à medida que as descobertas acontecem. Nele todos os envolvidos são ensinantes e aprendentes, pois cada um possui sua individualidade e deve saber compartilhá-la com o outro, isto é, há um intercâmbio de valores, de pensamentos, de práticas e de conhecimentos. A aprendizagem se transfere de um sujeito para outro. Para isso, é preciso disciplina, equilíbrio entre a percepção, a memória e o raciocínio, buscando uma integração entre os elementos envolvidos, afinidades de pensamentos, hábitos e atitudes, nos quais os educadores precisam ser conhecedores das teorias que orientam a prática docente, designadamente em relações às discussões que abrangem o processo de ensino-aprendizagem.

A teoria está para a prática assim como o ensino está para a aprendizagem. Por isso, se deve saber o que se ensina para poder prever ações, sem esquecer de que o aluno traz consigo uma bagagem cultural, um saber socialmente construído e o professor tem o dever de respeitar essa experiência do educando, além de ter o compromisso de selecionar cuidadosamente os conteúdos que serão ministrados, os quais devem estar contextualizados com a realidade e condizentes com a capacidade de o aluno em aprender.

Pode-se encontrar na escola os elementos que formam a sociedade. A cultura trazida pelos alunos dos seus espaços sociais, penetra no ambiente escolar e aparece na sala de aula em todos os momentos em que os alunos se manifestam por ocasião do desenvolvimento das atividades. O discurso de qualidade mostra uma estreita sintonia com os novos paradigmas da educação. A escola tem vivido a gestão de uma educação de resultados, em que nem sempre são consideradas as reais condições em que ela acontece. Dessa forma, o papel da escola e dos seus professores

que seria o de colaborar no seu processo de humanização, desenvolvendo nos alunos a capacidade de pensar criticamente e de se situar como sujeitos e cidadãos diante das demandas da sociedade humana tem se revelado, muitas vezes como mero discurso.

Observa-se que a prática docente nos oferece essa oportunidade de exercitar o compromisso de aprender no dia a dia na profissão, observando cuidadosamente os segredos e as especificidades do ofício em seu cotidiano. A educação deve ser entendida como mediação no seio da prática social global. Assim, faz-se necessário um implemento pedagógico que surja da prática social em que o professor e aluno se encontram igualmente inseridos, ocupando, porém, posições diferentes, condição para que segurem uma relação criadora na captação e na direção da solução dos problemas impostos pela prática social.

Percebe-se então que a escola deve ser compreendida como uma esfera social, o que faz com que as ações sejam construídas com base na inserção comunitária. Assim, o trabalho cooperado, o exercício da democracia e o comprometimento de todos os segmentos serão fortes instrumentos para garantir o sucesso da aprendizagem do estudante.

A problemática que origina a concretização deste artigo é o fato de que a realização de estudos avaliativos é essencial, na medida em que se constitui na ferramenta básica para melhorar o trabalho pedagógico da escola, por meio da implementação, modificação ou expansão de determinados programas, além de contribuir para a compreensão dos determinantes, tanto internos, quanto externos, que atuam sobre eles.

Justifica-se pelo fato de que a prática docente ao longo do tempo passou por mudanças significativas em seus diferentes aspectos de atuação, como planejamento, avaliação, utilização de recursos humanos e materiais, adoção de estratégias, relacionamento

entre professores, alunos, pais e gestores, estruturação curricular, enfim, fatores relevantes que juntos constituem instrumentais norteadores do trabalho pedagógico realizado na escola.

Devido aos questionamentos acima, este trabalho tem como objetivo geral apresentar as dificuldades de aprendizagem: aspectos sociais e emocionais que interferem na escrita. Como Objetivos Específicos tem-se: explanar a importância do papel do educador enquanto facilitador da aprendizagem; analisar o trabalho junto à escola, observando os fatores que levam uma aprendizagem significativa; explicar a importância do processo da leitura e escrita.

Utilizou-se a metodologia de caráter bibliográfico, cujo método é do tipo descritivo fundamentado na abordagem qualitativa por melhor adequar-se à análise do objeto de estudo e aos objetivos propostos. O estudo é fundamentado em autores ligados ao tema como Aranha (2006), Ferreira e Teberosky (1985) e Freire (1998).

DESENVOLVIMENTO

A educação escolar

A responsabilidade social e educacional do docente na fase inicial da educação é de fundamental importância para o desenvolvimento infantil, pois está preparando a criança para o futuro. É na infância que os alicerces da personalidade, os princípios morais e éticos da socialização e a estrutura cognitiva estão em plena fase de formação, portanto, é de responsabilidade do professor, enquanto mediador, oferecer oportunidades iguais para as crianças da pré-escola, para que se desenvolvam harmonicamente, podendo viver o presente com confiança, guardar boas lembranças do passado e olhar para o futuro com segurança.

A educação escolar está vinculada a processos de mudanças intrapsicológicas, requer a comunicação e a relação interpessoal para ser eficaz. Explicar os fenômenos educativos, entre outras exigências, requer esclarecimento de como se efetua a influência educativa, como as pessoas ou as instituições que possuem função educadora conseguem incidir efetivamente sobre os destinatários desta ação sempre ativando, servindo de suporte e orientando as suas potencialidades de crescimento e de desenvolvimento. Desta forma, a educação encontra nos processos comunicativos, interpessoais e interpsicológicos um ponto-chave.

Desse modo a educação escolar tem buscado concatenar-se com as mudanças da contemporaneidade e por intermédio do estabelecimento de políticas públicas que exijam da família uma participação mais efetiva no acompanhamento de seus filhos pode-se agir com mais cobrança e autonomia para o cumprimento da legislação educacional.

Muitos programas e projetos desenvolvidos no intuito de fortalecer a parceria entre a família e a escola têm obtido êxito e/ou estão prestes à obtenção de bons resultados, considerando que existe a compreensão por parte dos pais de que a sua presença na escola é imprescindível, mesmo que em muitos casos os mesmos não se sintam preparados ou capazes de oferecerem aos seus filhos uma educação melhor, recorrendo então à escola para conseguirem o apoio de que precisam para ajudarem no desenvolvimento e na formação do jovem.

O texto da LDB 9394/96 deixa clara a ampla dimensão dada à educação, englobando aspectos psicológicos, sociais, afetivos, cognitivos e culturais, todos direcionados para a adoção de uma prática docente mais contextualizada, em que o aluno adquira uma formação cidadã em toda a sua inteire-

za, abandonando o tradicionalismo enraizado desde os tempos da educação jesuítica, para dar lugar ao trabalho integrado, cujos atores da educação devem trabalhar em parceria para o bem coletivo e a construção de uma educação de qualidade, a fim de promover no indivíduo a emancipação e a conquista de novos saberes.

O Estatuto da Criança e do Adolescente ECA - Lei nº 8.069, de 13\07\1990), (BRASIL, 1990), também trata do assunto nos art. 53 a 58, (direito à educação, dever do Estado, deveres dos pais, atuação do Conselho Tutelar, política de inclusão; contexto sócio cultural). Com relação às Leis cada responsável tem um papel a cumprir e isso beneficiará a educação de vossas crianças que estão sedentas esperando o apoio dos que regem as Leis da educação e todos os responsáveis por esse processo educacional.

Educação é um conceito amplo que se refere ao processo de desenvolvimento unilateral da personalidade, envolvendo a formação de qualidades humanas, físicas, morais, intelectuais, estéticas, tendo em vista a orientação da atividade humana na relação com o meio social, num determinado contexto de relações sociais. Instrução se refere à formação intelectual, formação e desenvolvimento das capacidades cognitivas mediante o domínio de certo nível de conhecimentos sistematizados. Ensino corresponde a ações, meios e condições para realização da instrução; contém, pois, a instrução (LIBÂNEO, 2000, p. 22).

A educação, como elemento de ação global, necessita tanto do ensino como da instrução para se realizar de forma contundente e proveitosa. A palavra ensino tem origem no latim, *insignare*, que quer dizer: “fazer preleções sobre os que os outros ignoram ou sabem mal.” Sendo assim, ensino é o processo de instruir alguém a respeito daquilo que não sabe ou que sabe inadequadamente.

As escolas passam por processos anuais de avaliação que visam contextualizar o conhecimento prévio dos professores para a formulação de plano de ensino programático, incluindo assim, durante os meses decorrentes do ano, os conteúdos propostos durante o planejamento anual. Geralmente esse planejamento não leva em consideração as particularidades de cada aluno, enquanto uns conseguem acompanhar e aprender de forma razoável os conteúdos fornecidos, outros permanecem durante o ano inteiro alheios aos conteúdos, situação que é percebida e comprovada durante a execução das provas aplicadas para a medição de aprendizagem. O que não se leva muitas vezes em consideração é a forma de cada indivíduo aprender, ou seja, o ensinar não pode ser singular e deve considerar pormenores presentes nas necessidades daquele que está aberto à aprendizagem.

Ensino é o processo que visa modificar o comportamento do indivíduo por intermédio da aprendizagem, com o propósito de efetivar as intenções do conceito de educação, bem como de habilitar cada um a orientar a sua própria aprendizagem, a ter iniciativa, a cultivar confiança em si, a esforçar-se, a desenvolver a criatividade e a entrosar-se com seus semelhantes, a fim de poder participar da sociedade como pessoa consciente, eficiente e responsável (NÉRICI, 1993, p. 31).

Se o ensino é o instrumento que a educação utiliza para se realizar, quem se dispõe a ensinar deve fazer da melhor maneira possível, sendo assim, a comunicação entre quem transmite e quem recebe deve ser clara e objetiva, para que o resultado seja extremamente favorável.

A importância da leitura e escrita

Na escola, o domínio das habilidades de leitura e escrita, até que atinja a meta esperada, sofre muitas

dificuldades para a sua efetivação, isto é, a aquisição do conhecimento envolve a superação de tensões internas inerentes ao ser humano, como a insegurança, o despreparo emocional, a inaptidão motora e a própria prontidão para a recepção desse conhecimento, além de envolver também tensões externas, como a ausência de recursos, a adoção de metodologias inadequadas e a falta de acompanhamento do rendimento escolar por parte da família.

Superadas essas dificuldades, o professor encontra então condições de desenvolver um trabalho mais completo, por traçar ações que atendam às reais necessidades dos alunos, da escola e da sociedade da qual fazem parte, obedecendo a um contexto sócio-histórico de construção da aprendizagem da língua escrita e da prática da leitura nas diferentes situações, para que as escolas, a partir daí, sejam reconstruídas, reconceituadas, revalidadas de acordo com a situação contextual em que essa aprendizagem acontece.

Nos últimos anos, as escolas do Brasil deixaram de ver a alfabetização como a simples codificação ou decodificação de letras e/ou símbolos, entretanto, apesar desse fato representar um avanço, um rompimento com modelos tradicionais e acríticos de apropriação da língua, acabou gerando uma relativa perturbação entre os estudiosos no que se refere à própria definição do termo alfabetização, agora, significativamente dissociada do termo letramento.

Para ser considerado alfabetizado faz-se necessário ir além da aquisição da decodificação de signos, é preciso fazer uso da leitura e da escrita na sua amplitude, como função social nas atividades do cotidiano. A alfabetização, passou a ser refletida como um método de aprendizagem em que as interações são constituídas visando a obtenção de conhecimentos e aptidões, relativos à leitura e à escrita por parte dos alfabetizados. O conceito fundamental para a alfabetização é de que ela é uma metodologia que leva a aprendizagem inicial da leitura e escrita, ou melhor,

alfabetizado é aquele sujeito que domina capacidades fundamentais para se utilizar da leitura e escrita.

A alfabetização, nesse aspecto já não é tarefa específica do professor, mas é obrigação de toda a escola e da sociedade. Na contemporaneidade o desafio é de que todos, em conjunto, dediquem juntos, criando didáticas de alfabetização que verdadeiramente ensinem e não consintam a criança sair da escola sem esta ciência tão precisa para sua relação no mundo conduzido pela linguagem.

A maior parte dos conhecimentos humanos é obtida por intermédio da leitura, por isso é preciso ler muito, continuamente e com regularidade, pois ler constantemente significa aprender a conhecer, interpretar decifrar e distinguir os elementos fundamentais dos secundários. Sabe-se que a leitura vai além de um saber expresso de um saber expresso por meio de anotações. É preciso ler repetidamente por diversas vezes para entender melhor o que está escrito. É por meio da leitura que se tem acesso à cidadania a melhores posições no mercado de trabalho, um entendimento, mas profundo da vida em sociedade, à construção de uma personalidade mais crítica e, portanto, mais livre para que se busque a felicidade pretendida por todos (BELINTANE, 2013).

Nesse contexto observa-se que as dificuldades de aprendizagem, podem se intensificar devido à falta de informações da escola, pois estas necessitam de conhecimentos específicos para minimizá-las nos educandos. De acordo com Sternberg e Grigorenko (2003):

Dificuldade de aprendizagem significa um distúrbio em um ou mais processos psicológicos básicos envolvidos no entendimento ou no uso da linguagem, falada ou escrita, que pode se manifestar em uma aptidão imperfeita para ouvir, pensar, falar, ler, escrever, soletrar ou realizar cálculos matemáticos (STERNBERG; GRIGORENKO. 2003, p. 29).

Para Belintane (2013) no processo do início da leitura, o educando relaciona palavras com imagens, com a finalidade de encontrar padrão entre elas. No início do processo, a tendência é que não entendam palavras que não correspondam ao som que pronunciamos na fala. A aprendizagem da leitura e da escrita deve se dar numa atmosfera de alegrias, auto realizações, construções descobertas e trocas constantes de experiências.

A leitura e a escrita são atividades que dependem do processamento interno, individual, maturacional do indivíduo, e que se insere num contexto social mais amplo e dinâmico, abrangendo disposições atitudinais, capacidades relativas à decifração do código escrito e capacidades relativas à compreensão e à produção do sentido que essa leitura representa para o leitor.

Existe uma grande diversidade de métodos para ensinar a ler e escrever, entretanto pode-se dizer que o problema é complexo e necessita de uma atenção especial, todavia a leitura e a escrita se constitui como o principal objetivo da instrução básica, sendo essa aprendizagem o que determina o sucesso ou fracasso escolar (SILVA; SILVA, 2018, p. 12).

Para Bossa (2007) dentro da escola, o professor deve adotar o olhar e a escuta psicopedagógica como meio de identificar, interferir e precaver os problemas de aprendizagem de forma a compreender seu aluno, bem como por intermédio do diagnóstico e conduzi-lo se preciso a outros profissionais além de realizar um trabalho de precaução para que sejam evitadas hesitações no processo de aprendizagem.

Por meio do estudo de como a criança adquire o conhecimento compreende-se que existem diversos fatores para que aconteça a alfabetização, ou seja, na concepção psicopedagógica estão os aspectos orgânicos, físicos, psicológicos, cognitivos, psicomotores,

econômicos, sociais, culturais, políticos, escolares, familiares, históricos, entre outros (ORRÚ, 2010; GRASSI, 2009). As crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem, geralmente buscam uma válvula de escape para não serem taxadas com os mais indesejáveis adjetivos. Ficam caladas, demonstram desinteresse, são mal comportadas; tudo isso buscando fugir das responsabilidades e assim evitam que percebam suas dificuldades e sejam chamadas de incapazes e por isso muitas isolam-se socialmente.

Para Paín (1985) o importante é despertar nessas crianças a capacidade que elas possuem e fazê-las entender que as dificuldades podem ser superadas. Considerando os conhecimentos prévios do aluno com dificuldades de aprendizagem, parte então para motivação, ajudando-as a aumentar a confiança a em si mesmas. Pais, professores e profissionais que trabalham com essas crianças podem detectar e intervir nos mesmos. Cada autor, de acordo com sua teoria busca um significado diferente para explicar o termo aprendizagem.

Porém, de modo geral, compreende-se a aprendizagem como um processo no qual vai sendo adquiridos conhecimentos, valores, são desenvolvidas as competências e habilidades, elementos estes, que podem ser modificados a partir de novos estudos e experiências. A neuropsicologia, a psicologia, a educação e a pedagogia, contribuem para o desenvolvimento da aprendizagem. A pessoa que aprende, percebe se esta aprendizagem está atendendo às suas necessidades, quer conduza para o que ele quer saber, quer ilumine a área sombria da ignorância que está experimentando. Quando uma aprendizagem tem sentido na vida de uma pessoa, esta passa a ter uma nova conduta uma vez que o aprendiz deve evolvê-la integralmente.

Apesar de um número grande de alunos apresentarem dificuldades no processo de aprendizagem, uma parte desses alunos não expressa sintomas emocionais, mos-

trando-se felizes e acomodados. Entretanto, uma outra parte, pode manifestar tantos problemas emocionais, tais como: tristeza, isolamento no convívio escolar e ansiedade. E o restante, pode manifestar problemas de ordem educacional, como: desistência de aprender, não executar suas atividades escolares, demonstram não gostarem da escola e até mesmo questionam sobre sua própria inteligência. Esses fatores podem fazer com que aluno deixe de acreditar que o ambiente escolar o proporcionará um futuro melhor. Em muitos casos, com o agravamento dos distúrbios, alguns alunos tendem a evasão escolar (VIANA; VIANA JUNIOR, 2017, p. 10).

A partir de um convívio diário dentro de uma escola, podemos observar as diversas ações realizadas pelo gestor que são determinantes para que a escola se torne um espaço democrático e participativo, como a tomada de decisões, a definição da utilização de recursos e necessidades de aquisições, no desempenho das determinações coletivas, nos fundamentos de avaliação da instituição e da política educacional. Cita-se a democratização do acesso e táticas que asseguram a estabilidade na escola, tendo como luz norteadora a universalização do ensino para a população, bem como a polêmica a respeito da condição social dessa educação.

Dificuldades de aprendizagem e aspectos sociais e emocionais

Conhecer a história de vida do aluno representa um ponto-chave para que se promova uma aprendizagem significativa para esse aluno no que se refere à aquisição da língua escrita. A família é o primeiro modelo de comportamento social com o qual a criança tem contato. É no seio familiar, que os valores, os hábitos, a cultura, enfim, os aspectos de formação moral e intelectual serão inicialmente aprendidos.

Paín (1985) explana que algumas dificuldades de aprendizagem podem dificultar a escrita. Uma criança pode lutar com o ato físico de escrever, com o ato de colocar seus pensamentos por escrito ou com ambos. Existem ferramentas e estratégias para ajudar a melhorar as habilidades de escrita em casa e na escola. Não é incomum que as crianças tenham algum tipo de dificuldade com a expressão escrita. Uma das causas mais comuns é uma dificuldade de aprendizagem chamada disgrafia. Mas também pode haver outras causas.

Quando as crianças têm dificuldade em escrever, a primeira coisa que suspeitam é que têm disgrafia. No entanto, existem outras dificuldades que podem afetar a capacidade de uma criança escrever. Estas são as principais causas das dificuldades de escrita:

Disgrafia: esta condição dificulta tarefas como ortografia e caligrafia. A disgrafia afeta as habilidades motoras finas usadas para escrever, desenhar e acariciar. Também torna difícil ver como as letras devem aparecer na página (PINHEIRO; NOBILE, 2014).

Dispraxia: causa problemas de movimento, incluindo o ato físico de escrever. Crianças com dispraxia, em geral, têm dificuldade em planejar e concluir tarefas que incluem habilidades motoras. Dependendo da gravidade dos seus sintomas, você pode ter dificuldades com as tarefas diárias, como escovar os dentes ou amarrar os sapatos (RECHIA; SOUZA; MEZZOMMO, 2009; PINHEIRO; NOBILE, 2014).

Fatores sociais: Dentro desses fatores, considere aqueles que se referem às características do ambiente ao qual a criança pertence e às características da família; ambos os fatores determinam a qualidade da aprendizagem, uma vez que a família e o ambiente colaboram favoravelmente ou desfavoravelmente com o desenvolvimento maturacional (PINHEIRO; NOBILE, 2014; PAÍN, 1985).

Para Smith e Strick (p.31, 2001) “um ambiente estimulante e encorajador em casa produz estudantes adaptáveis e muito dispostos a aprender, mesmo entre crianças cuja saúde ou inteligência foi comprometida de alguma maneira”.

Fatores emocionais: A maturidade emocional é crucial para o desempenho da criança no primeiro ano escolar. No momento da entrada na escola, é necessário que a criança esteja emocionalmente equilibrada e que consiga ser um indivíduo autônomo e independente. Timidez, baixa autoestima, tensão nervosa e inquietação são fatores que atrapalham o aprendizado (ILARI, 1992).

Ilari (1992) explana que pela própria historicidade do homem, a construção do conhecimento nasce do desejo de descoberta, da necessidade de ampliar seu ambiente físico e social, de utilizar-se de diversos instrumentos de comunicação capazes de transmitir com eficácia e eficiência suas mensagens ao receptor. Essa atitude crítica e consciente, levada por um poder de decisão e pela ética de compreender que, mesmo com todo esse poder de mudança e transformação é preciso que se aprenda a ser e a conviver, faz com que o indivíduo interaja e utilize de maneira correta as palavras, fazendo bom uso da língua, seja ela falada, lida ou escrita.

Conhecer a história de vida do aluno representa um ponto-chave para que se promova uma aprendizagem significativa para esse aluno no que se refere à aquisição da língua escrita. A família é o primeiro modelo de comportamento social com o qual a criança tem contato. É no seio familiar, que os valores, os hábitos, a cultura, enfim, os aspectos de formação moral e intelectual serão inicialmente aprendidos.

A afetividade na escola

O estágio da infância varia do nascimento aos seis anos. Isso tem que favorecer o desenvolvimen-

to e evolução das capacidades integrais da criança, tanto de natureza física, afetiva, social ou intelectual. A educação das crianças, bem como a imagem que é concedida à criança dessa idade tem adquirido uma identidade cada vez ao longo dos anos mais forte dentro do sistema educacional, é o primeiro contexto, depois da família e do contexto social, em que a criança se desdobra de maneira social, emocional, afetiva e intelectualmente. Dada a importância que esta etapa educacional tem dentro do desenvolvimento pessoal exige uma educação infantil de qualidade, pois os valores social e diversidade devem ser apresentadas desde tenra idade.

O processo de ensino aprendizagem é uma roda viva de informações e experiências que vão se relacionando à medida que as descobertas acontecem. Nele todos os envolvidos ensinam e aprendem, pois cada um possui sua individualidade e deve saber compartilhá-la com o outro, isto é, há um intercâmbio de valores, de pensamentos, de práticas e de conhecimentos.

As reflexões de Freire (1987), nos permite compreender que a aprendizagem se transfere de um sujeito para outro. Para isso, é preciso disciplina, equilíbrio entre a percepção, a memória e o raciocínio, buscando uma integração entre os elementos envolvidos, afinidades de pensamentos, hábitos e atitudes. O ensino é algo que penetra na mente do educando, o faz refletir e o leva a agir, provocando certa mudança comportamental que deverá ter duração até que uma nova aprendizagem.

Vale enfatizar, ainda que sempre haverá aspectos positivos e negativos na prática pedagógica e o seu aperfeiçoamento passa além do comprometimento pessoal do professor, da família com a função social da escola, pela identificação dos fatores, contextuais e cognitivos que a determinam. É a conquista gradual desta capacidade que propor-

cionará ao professor, como profissional, autonomia para gerir a própria prática e formação.

A leitura é uma atividade que depende do processamento interno, individual, maturacional do indivíduo, e que se insere num contexto social mais amplo e dinâmico, envolvendo disposições atitudinais, capacidades relativas à decifração do código escrito e capacidades relativas à compreensão e à produção do sentido que representa para o leitor.

Sabe-se que nenhuma prática pedagógica é neutra, seja ela carregada de vícios e de modelos reprodutores de conteúdos acrícos, seja ela contextualizada com a realidade do educando, movida pelo dinamismo inerente ao real desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. Ferreiro (1989, p.31), afirma que todas as práticas pedagógicas “estão aparadas em certo modo de conceber o processo de aprendizagem e o objeto dessa aprendizagem”.

As políticas educacionais brasileiras dizem respeito a todas as propostas e ações do Estado para a educação pública, tanto no sentido amplo dos planos de educação, quanto no espaço escolar, principalmente nos limites da sala de aula. Essa limitação das políticas educacionais, acabam não levando em consideração o contexto social da escola, do aluno e de suas famílias, assim como as especificidades de cada realidade, simplificando a ação pedagógica para a escola, a sala de aula, a obtenção de resultados e índices que devem dar um retorno para o Estado.

Apesar dessa limitação, é possível criar modelos pedagógicos que permitam organizar adequadamente os conteúdos acadêmicos como conhecimento válido, interligando o currículo aos conhecimentos prévios dos estudantes e suas realidades, baseando-se na inter-relação de seus componentes fundamentais: o aluno, o professor, o contexto, os materiais e os meios pedagógicos, as formas de avaliação e o processo de educação, entre outros.

Não temo dizer que inexistente validade no ensino em que não resulta um aprendizado em que o aprendiz não se tornou capaz de recriar ou de refazer o ensinado. (...) nas condições de verdadeira aprendizagem os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado. Percebe-se, assim, que faz parte da tarefa do docente não apenas ensinar conteúdos, mas também ensinar a pensar certo (FREIRE, 1998, p. 26-29).

Desse modo, a pedagogia permite também selecionar e ressignificar as contribuições de outras áreas do conhecimento e instrumentos de aprendizagem, por intermédio de projetos pedagógicos e interdisciplinares, para que o aluno possa produzir o seu próprio conhecimento e enriquecer suas habilidades prévias.

A criação desses novos saberes deve propiciar a implantação de uma atmosfera participativa, que promova a vida democrática daqueles que fazem parte do ambiente inovador: alunos, professores, gestores, servidores técnico-administrativos e pais de alunos. Todos devem agir de maneira coletiva para fortalecer a unidade em torno daquele que se deseja mudar, fazendo da escola um lugar de decisão, de reflexão, de pesquisa e de ação inovadora.

A criança que procura ativamente compreender a natureza da linguagem que se fala a sua volta e que, é tratado de compreendê-la, formula hipóteses, busca regularidades, coloca a prova suas antecipações e cria a sua própria gramática (que não é simples cópia deformada do modelo do adulto, mas uma criação original). (FERREIRO; TEBEROSKY, 1985, p. 22).

A escola é o lugar em que a criança encontra os meios de se preparar para realizar seus projetos de vida, encontra os caminhos para uma vida digna e cidadã e ter a condição necessária tanto para a sua formação intelectual quanto para a sua formação moral e social.

Segundo Aranha (2006, p. 34) “Educar é uma prática social intencionada, isto é, antecedida de um projeto teórico consciente que visa as mudanças de comportamento, não só no educando, mas também no educador e na sociedade”. Neste sentido, o conceito de educação é percebido como a organização dos esforços individuais e coletivos com um intuito comum, objetivados por uma política de ação e respeito.

Para tanto, a instituição escolar necessita reaprender a ser uma organização significativa, ativa, estimulante e interessante, compreendendo o local que aluno está inserido, quais suas preocupações, necessidades, curiosidades e estabelecer um currículo que dialogue ininterruptamente com a vida, com o habitual e com o dia a dia.

A escola é o espaço destinado ao planejamento, produção e execução de trabalhos voltados para o desenvolvimento das atividades educacionais. Quando se fala em escola, não se restringe apenas a denominação do espaço físico, mas todo um aparato técnico e pedagógico proporcionado por e para sua comunidade escolar.

Piaget (2000) ressalta que, o raciocínio lógico consiste em perceber, que o pensamento infantil, seja como um processo de apreensão e compreensão do mundo, que se envolve o cotidiano do aluno, bem como o contexto do qual ele faz parte. Essa postura de considerar a vivência cotidiana do conhecimento, favorece a comunicação e assimilação das informações a ele pertencente, levando o educando a agir sobre o objeto e a reconceituá-lo, tomando por referência o valor que lhe é atribuído.

A educação infantil, nestas perspectivas, já não é mais tarefa exclusiva única do professor, mas é compromisso de toda a escola e também da sociedade. Atualmente, o desafio é de que todos, em parceria, trabalhem juntos, produzindo didáticas de educação que realmente ensinem, sendo neces-

sário para sua integração no mundo comandado pela linguagem.

Para que se possa promover um ensino de qualidade, e uma aprendizagem significativa para o aluno, o professor deve desenvolver seu trabalho, norteando-se por parâmetros que tratam da alfabetização e do letramento como elementos dinâmicos, pertencentes ao processo natural de socialização da criança, oportunizando assim que a mesma entre em contato com o objeto do conhecimento, e possa agir sobre ele, construindo sua própria aprendizagem, fazendo sua própria leitura de mundo, atribuindo significados diferenciados e contextualizados ao ambiente que se vive.

O raciocínio lógico, significa que, a experiência física consiste em agir sobre objetos para extrair um conhecimento por abstração dos mesmos objetos, enquanto a experiência lógica - matemática é sobre operar em objetos, mas, conhecimento da ação, porque começa por conferir objetos de caráter que eles não possuíam por si mesmos, mantendo suas propriedades anteriores.

O raciocínio lógico, do ponto de vista matemático, é um processo que vai estruturar o pensamento de acordo com as normas da lógica, fazendo com que se chegue à resolução de um problema. Para tal faz-se necessário, por parte de quem o exercita, consciência e capacidade de organização do pensamento. E é frequentemente usado para fazer inferências, sendo que começa com uma afirmação ou proposição inicial, seguido de uma afirmação intermediária e, por fim, uma conclusão, que para ter sentido lógico não pode haver contradição (SARAIVA, *et al.* 2018, p. 1).

A experiência se refere aos personagens introduzidos pela ação no objeto e não a suas propriedades anteriores, isto é, o conhecimento se extrai da ação como tal e não das propriedades físicas

do objeto. Em um dado momento as ações lógicas matemáticas do sujeito podem fazer de sua aplicação a objetos físicos e internalizar em operações simbolicamente manipulável, a experiência só se torna acessível a partir das estruturas lógico - matemáticas que consistem em ordenações, classificações, correspondências, funções, etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o período das aprendizagens fundamentais, os professores não devem considerar a leitura e nem a escrita como processos concluídos, adquiridos; eles ainda são instrumentos comuns, manejados involuntariamente para resolver outras tarefas, portanto, ainda não constitui um conhecimento internalizado.

Assim, o desenvolvimento do processo de aquisição da língua escrita obedece a uma evolução histórica da sociedade no que se refere à valorização do letramento e da alfabetização, ao mesmo tempo em que responsabiliza cada membro dessa sociedade pelo seu sucesso, considerando que o êxito social decorre da formação de todos que a compõem, intelectualmente, da sua capacidade de aprender e interpretar o código linguístico e dele fazer bom uso na produção de novos instrumentos de comunicação, em suas diferentes dimensões.

Do mesmo modo que a aprendizagem da escrita acontece de maneira evolutiva na criança, a maneira como essa aprendizagem vem sendo trabalhada dentro do sistema educacional também obedece a um processo evolutivo da sociedade, dada a ampliação dos diversos meios de utilização da linguagem escrita ou não.

É por meio da figura do professor que são oportunizados diversos momentos em que a criança entra em contato direto com a língua escrita ou falada, promovendo assim um ambiente sócio-cultural propício a aquisição da leitura e da escrita.

Muitas crianças são identificadas com problemas de aprendizagem quando não realizam o que se espera de uma programação de ensino, se, o rendimento escolar da criança não corresponde às expectativas da família e da própria escola, essa criança passa a ser vista pela família, por professores e colegas como um fracasso, e, muitas vezes são rotuladas como alguém com um problema de aprendizagem.

Sabe-se que o processo de ensino aprendizagem é uma roda viva de informações e experiências que vão se relacionando à medida que as descobertas acontecem. Nele todos os envolvidos ensinam e aprendem, pois cada um possui sua individualidade e deve saber compartilhá-la com o outro, isto é, há um intercâmbio de valores, de pensamentos, de práticas e de conhecimentos.

Desta forma, o processo de ensino-aprendizagem deve se refletir nas diferentes dimensões do educando. É um processo que implica em toda uma maturação daquele que aprende, na vontade de aprender, no desejo de descobrir, deve trabalhar o senso crítico, a capacidade de compreensão e discernimento, a sensatez de se aprender coisas úteis, a reformulação de conceitos que o preparem para o mundo social, provocando sua mudança de ser passivo para um ser participativo, num trabalho de significativa atividade na construção do conhecimento.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, M. L. A. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. 3. ed. rev. e ampl. SP: Moderna, 2006.
- BELINTANE, C. **Oralidade e alfabetização**. Uma nova abordagem da alfabetização e do letramento. São Paulo: Cortez, 2013.
- BOSSA, N. A. **A Psicopedagogia no Brasil – Contribuições a partir da prática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 3ª edição. 2007.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA**, Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990.
- BRASIL, Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 2006 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 02 mar. 2023.
- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental**. — Brasília: MEC/SEF, 1998.
- FERREIRO, E. **Reflexões sobre a alfabetização**. São Paulo – Cortez – 1989.
- FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1985.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro/RJ, 1998
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 27 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- GRASSI, T. M. **Psicopedagogia: um olhar uma escuta**. Curitiba: Ibplex, 2009.
- ILARI, R. **A linguística e o ensino da língua portuguesa**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- NÉRICI, I. G. **Didática do ensino superior**. São Paulo, Ibrasa, 1993.
- ORRÚ, S. E. **Autismo, linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: WAK, 2010.

PAÍN, S. **Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem.** Tradução: Ana Maria Netto Machado. Porto Alegre: Artmed, 1985.

PIAGET, J. **Para onde vai a educação?** 15. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

PINHEIRO, C.; NOBILE, G. G. **Desvendando a Disgrafia.** COMUNIDADE APRENDER CRIANÇA. JULHO. 2014, Disponível em: <https://www.aprendercrianca.com.br/noticias-do-cerebro/edicao-35-julho-2014/379-desvendando-a-disgrafia>. Acesso em: 07 mar. 2023.

RECHIA, I. C.; SOUZA, A. P. R.; MEZZOMMO, C. L. **Processos de apagamento na fala de sujeitos com dispraxia verbal.** 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rcefac/v12n3/40-09.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2023.

SARAIVA, W. P. *et al.* Raciocínio lógico e seu desenvolvimento a partir da lógica matemática. In: V CONEDU – CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2018, Olinda. Anais... Olinda: Realize, 2018.

SILVA, V. E.; SILVA, F. B. Alfabetização e letramento nas séries iniciais. **Revista Saberes Docentes**, v. 3, n. 5, jan./jul. 2018. Disponível em: <https://www.revista.ajes.edu.br/index.php/rsd/article/download/142/110>. Acesso em: 15 mar. 2023.

SMITH, C.; STRICK, L. **Dificuldades de Aprendizagem de A a Z:** um guia completo para pais e educadores. São Paulo: Artmed, 2001.

STERNBERG, R. J.; GRIGORENKO, E. L. **Crianças Rotuladas:** O que é necessário saber sobre as dificuldades de aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas. 2003.

VIANA, R. O.; VIANA JUNIOR, C. A. C. Dificuldades de aprendizagem no processo de alfabetização e letramento nas séries iniciais. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento.** ano 2, v. 16. p. 235-251, 2017. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/dificuldades-de-aprendizagem>. Acesso em: 06 mar. 2023.